

AUTISMO NA ESCOLA

conhecer o estudante para
construir a prática inclusiva



Rodrigo Buzati Ferraz

APRESENTAÇÃO

A matrícula de um estudante com Transtorno do Espectro Autista — TEA — não representa, por si só, inclusão.

Incluir significa criar condições reais para que o estudante **acesse a escola, permaneça nela, participe das atividades, comunique-se, estabeleça relações, seja protegido, seja ouvido e aprenda.**

Essa distinção é fundamental.

Uma criança pode estar matriculada em uma classe comum e, ainda assim, permanecer praticamente excluída do processo educacional: sentada em um canto, acompanhada durante todo o período por um adulto, realizando atividades completamente diferentes das desenvolvidas pela turma, saindo constantemente da sala ou sendo dispensada mais cedo porque a escola entende que ela “não aguenta” o período inteiro.

Também pode ocorrer o movimento inverso: em nome de uma suposta igualdade, exige-se do estudante autista exatamente a mesma forma de participação, comunicação, permanência, avaliação e execução de tarefas esperada dos demais estudantes, sem que sejam consideradas suas necessidades específicas.

Nenhuma dessas situações representa uma educação verdadeiramente inclusiva.

A inclusão parte de uma ideia simultaneamente simples e complexa:

todos pertencem à escola, mas nem todos precisam das mesmas condições para aprender.

Há ainda outro princípio que atravessará este livro: conhecer o autismo é necessário, mas conhecer **o estudante concreto** é indispensável.

Essa perspectiva encontra forte aproximação com a proposta de Marco Pontis em *Autismo: o que fazer e o que evitar — guia rápido para professores do Ensino Fundamental*. Ao dirigir-se ao cotidiano escolar, Pontis chama atenção para a necessidade de o educador conhecer as particularidades, os recursos e as fragilidades de cada criança e, a partir disso, construir estratégias concretas de aprendizagem e bem-estar.

Essa ideia impede a busca por receitas universais.

Duas crianças podem possuir o mesmo diagnóstico e precisar de formas muito diferentes de apoio.

Por isso, a pergunta:

“O que se faz com um aluno autista?”

é insuficiente.

É necessário perguntar:

“O que favorece a aprendizagem deste estudante, nesta turma, diante desta atividade e neste momento de seu desenvolvimento?”

E:

“O que estamos fazendo que, mesmo sem intenção, pode estar criando novas barreiras?”

O debate contemporâneo sobre inclusão exige ainda ampliar a discussão para além dos recursos pedagógicos. É preciso falar de capacitismo, barreiras atitudinais, neurodiversidade, direito à comunicação, participação da própria pessoa autista, bullying, violência, transições escolares, relação com as terapias e limites das responsabilidades atribuídas às famílias.

Durante muito tempo, grande parte do discurso sobre autismo foi produzido exclusivamente por especialistas e familiares.

Hoje, outra pergunta precisa ser incorporada:

o que as próprias pessoas autistas têm a dizer sobre as experiências educacionais que vivenciam?

Essa perspectiva não substitui a ciência, a pedagogia, a família ou os profissionais especializados.

Ela acrescenta ao debate o sujeito sobre quem tradicionalmente todos falaram.

O objetivo deste e-book é reunir essas diferentes dimensões e aproximá-las do cotidiano da escola.

O ponto de partida será sempre o mesmo:

antes do diagnóstico, existe um estudante; antes da limitação, existe uma pessoa; e antes de qualquer técnica, existe um direito à educação.

PARTE I

FUNDAMENTOS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

1. COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição do neurodesenvolvimento relacionada a diferenças persistentes na comunicação e na interação social e à presença de padrões restritos ou repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades.

Entretanto, nenhuma definição diagnóstica descreve integralmente uma pessoa.

A palavra **espectro** precisa entrar de fato no vocabulário pedagógico.

Não existe um único modo de ser autista.

Há estudantes que utilizam linguagem oral de maneira bastante desenvolvida e outros que não utilizam a fala como principal forma de comunicação.

Alguns apresentam deficiência intelectual associada.

Outros possuem elevado desempenho em determinadas áreas.

Alguns precisam de grande previsibilidade.

Outros lidam melhor com mudanças.

Há estudantes com intensa hipersensibilidade a sons, luzes, cheiros ou texturas e outros que procuram determinados estímulos sensoriais.

O diagnóstico oferece informações importantes.

Mas não informa sozinho:

como aquela criança aprende;

quanto tempo consegue permanecer em uma atividade;

de que forma pede ajuda;

quais recursos compreende;

o que lhe causa desconforto;

quais são seus interesses;

que tipo de apoio necessita.

Por isso, a escola precisa conhecer o autismo sem perder de vista a singularidade.

2. DO DIAGNÓSTICO AO CONHECIMENTO DO ESTUDANTE

Um dos riscos mais frequentes é transformar o diagnóstico em explicação para tudo.

“Ele faz isso porque é autista.”

“Ela não participa porque tem autismo.”

“Não olha porque é autista.”

“Não aprende porque é autista.”

O diagnóstico pode ajudar a compreender determinadas características.

Mas não pode substituir a observação.

Marco Pontis contribui especialmente nesse ponto ao enfatizar uma abordagem prática orientada para as características concretas da criança, suas potencialidades, fragilidades e condições de aprendizagem.

O professor precisa descobrir:

O que ajuda este estudante?

O que o confunde?

Que tipo de instrução compreende?

Que recurso aumenta sua participação?

O que costuma desencadear desconforto?

Que ajuda já não é mais necessária?

A inclusão não se constrói apenas a partir de conhecimentos gerais sobre autismo.

Constrói-se também por meio de pequenas descobertas cotidianas.

Uma estratégia simples, quando corretamente escolhida, pode produzir enorme diferença.

3. DO MODELO DO DÉFICIT À PERSPECTIVA DAS BARREIRAS

Durante muito tempo, dificuldades relacionadas à deficiência foram explicadas quase exclusivamente pelas características do indivíduo.

Se não participava:

“não consegue”.

Se abandonava a tarefa:

“não tem atenção”.

Se chorava:

“tem problema de comportamento”.

A perspectiva inclusiva amplia esse olhar.

Uma dificuldade pode resultar da interação entre características pessoais e barreiras ambientais.

Imagine um estudante que não realiza uma atividade.

Antes de concluir que não consegue, podemos perguntar: